

2º CICLO DE ESTUDOS
PSICOLOGIA

**Disfunção executiva em agressores sexuais:
uma análise comparativa**
Ricardo Nuno Pereira da Costa

M

2018



AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Aos meus orientadores, *Professor Doutor Fernando Barbosa, e Professor Doutor Ricardo Barroso*, por toda a ajuda que me deram ao longo destes anos, pela disponibilidade que manifestaram sempre e pela paciência nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora de estágio, *Doutora Otília Barbosa*, por me ter encorajado sempre neste caminho, por tudo o que me ensinou e pelo privilégio que foi ser seu estagiário. Não podia ter pedido melhor.

A toda a *direção, funcionários e equipa de vigilância* do Estabelecimento Prisional, pela colaboração e pelo apoio prestado.

A todos os *participantes* que contribuíram para este estudo, pela disponibilidade e pela confiança que depositaram em mim.

À *Regina e à Carla*, pelo incentivo que sempre me deram e por todas as vezes que me ofereceram ajuda quando eu precisava dela.

À *Mafi, ao Matos e ao Diogo*, por nunca me deixarem desistir, e pela amizade constante e inabalável ao longo de tantos anos. Obrigado por estarem sempre presentes, independentemente da distância.

Aos *meus pais e à minha irmã*, pelo apoio incansável e por ficarem do meu lado ao longo de todas as dificuldades, de todos os sucessos e fracassos, por me darem a oportunidade e os meios para superar qualquer obstáculo, e de o fazer nos meus próprios termos. Neste projeto, e na vida.

À *Inês*, por seres uma fonte diária de força e motivação, por estares sempre comigo onde quer que vá, pelo apoio incondicional e pela felicidade que me trazes todos os dias. Por estes últimos oito anos e por todos os que ainda estão para vir.

Resumo

O estudo do papel do funcionamento executivo na agressão sexual evidencia-se de enorme utilidade para a compreensão deste fenómeno. Muitos dos estudos realizados até agora têm sido em grande parte latos e abrangentes, principalmente no que diz respeito à definição de conceitos e tipologias de amostras. Esta generalização poderá ser responsável pelas inconsistências encontradas em diferentes estudos. Com este projeto pretendeu-se analisar os padrões de funcionamento executivo de agressores sexuais condenados, as diferenças entre agressores sexuais de adultos e de crianças, e as distinções entre estes grupos e indivíduos sem historial de agressão sexual. Para este fim foram recolhidos em contexto prisional dados de agressores sexuais contra adultos, agressores sexuais contra crianças, e indivíduos com historial de criminalidade contra pessoas sem componente sexual. Foi também recolhida uma amostra emparelhada de indivíduos sem percurso criminal. Os resultados obtidos sugerem maiores défices ao nível das funções de flexibilidade e de atualização em abusadores sexuais de crianças, e maiores défices ao nível da inibição em violadores de adultos.

Palavras-chave: agressão sexual, função executiva

Abstract

The study of the role of executive functioning in sexual assault has proven to be a valuable tool in understanding not only this type of crime but also criminality in general; however, most studies performed so far have been somewhat generic and all-encompassing, with little regard for specificity in defining concepts and choosing samples. This generalization appears to be at least partially responsible for the inconsistencies found in the results of different studies. This project was an attempt to further study the patterns of executive functioning in convicted sexual offenders, the differences between sexual offenders with adult victims and those who targeted children, and between these two groups and subjects with no history of sexual offending. To this end, data was retrieved from individuals who had raped adults, others who had sexually abused children and some others who had committed crimes against people with no sexual component. All these subjects were interviewed while serving time in prison for their respective crimes. Data was also taken from a group of subjects who had never been convicted of any crime, sexual or otherwise.

The results of this study suggest greater deficits in the shifting and updating components of executive functioning in sexual offenders who target children and in the inhibiting component in those who target adults.

Keywords: sexual assault, executive functioning

Résumé

L'étude du rôle du fonctionnement exécutif dans l'agression sexuelle s'avère de grande utilité pour la compréhension de ce phénomène. Une grande partie des études faites jusqu'à présent ont été majoritairement génériques et amples, surtout en ce qui concerne la définition de concepts et le choix d'échantillons. Cette généralisation pourra être partiellement responsable des inconsistances trouvées en différentes études. Avec ce projet, on a voulu analyser les modèles de fonctionnement exécutif des agresseurs sexuels condamnés, les différences entre les agresseurs sexuels d'adultes et ceux d'enfants et l'écart entre ces groupes et les individus sans histoire d'agression sexuelle. Pour achever ce but, on a recueilli en prison des données sur ces trois types de criminels. On a aussi recueilli un échantillon d'individus sans aucun contact avec le système de justice.

Les résultats obtenus suggèrent des déficits plus accentués au niveau des fonctions de flexibilité et d'actualisation chez les agresseurs sexuels d'enfants, et plus grands déficits au niveau de l'inhibition chez les violeurs d'adultes.

Mots-clés: agression sexuelle, fonction exécutive

Índice

AVISOS LEGAIS	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Résumé	v
Introdução	1
1. Definição de Abuso Sexual	1
2. Fatores de Risco Para Agressão Sexual	3
3. Síntese dos Principais Modelos Teóricos do Abuso Sexual	4
4. Tipologias de Agressores Sexuais	7
5. O Funcionamento Executivo e sua Relevância no Estudo do Abuso Sexual .	8
6. Objetivos do Estudo	10
Método	11
1. Participantes	11
2. Instrumentos e tarefas	12
3. Procedimentos	15
Resultados	17
1. Nível cognitivo	17
2. Sintomatologia Psicopatológica	18
3. Desejabilidade Social	20
4. Agressividade	21
5. Psicopatia	23
6. Inibição	24
7. Flexibilidade	26
8. Atualização	28
Discussão	31
Bibliografia	36

Introdução

1. Definição de Abuso Sexual

O abuso sexual é um fenómeno com expressão em todas as formas da civilização humana, com impacto significativo no funcionamento destas e com efeito devastador e prolongado nas suas vítimas (Gonçalves, 2004). Antes de qualquer consideração, para o estudo de uma população de abusadores sexuais impõe-se procurar definir o abuso sexual. Neste caso, e para o efeito do estudo em mãos, a definição utilizada será essencialmente jurídica – entende-se como abuso sexual aquilo que está descrito na lei penal portuguesa como tal. Recorre-se então ao capítulo V do Código Penal português, intitulado “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”. Aí encontramos catorze tipologias distintas, divididas em duas secções:

1. Crimes contra a liberdade sexual - coação sexual; violação; abuso sexual de pessoa incapaz de resistência; abuso sexual de pessoa internada; fraude sexual; procriação artificial não consentida; lenocínio; e importunação sexual;
2. Crimes contra a autodeterminação sexual - abuso sexual de crianças; abuso sexual de menores dependentes; atos sexuais com adolescentes; recurso à prostituição de menores; lenocínio de menores; e pornografia de menores.

Considera-se para efeitos deste estudo que qualquer crime que não envolva a perpetração, por parte do agressor, de atos sexuais com outra pessoa, não deve ser incluído (o que nos levou a excluir casos da procriação artificial não consentida, importunação sexual, lenocínio, lenocínio de menores, pornografia de menores).

Excluem-se também os crimes de fraude sexual, por haver de facto consentimento voluntário da outra pessoa, ainda que baseado em informação falsa, bem como abuso sexual de pessoa internada e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, visto que estes crimes, pelo modo de atuação ou tipologia de vítima, careceriam de uma análise mais aprofundada e diferenciada

relativamente aos restantes, que não seria possível no âmbito deste estudo dado o reduzido número de participantes disponíveis nesta tipologia.

Assim, no âmbito desta investigação, define-se como agressor sexual aquele que teve ao longo da vida pelo menos uma condenação em tribunal por crimes de coação sexual, violação, abuso sexual de crianças, abuso sexual de menor dependente, atos sexuais com adolescente ou recurso à prostituição de menores.

Esta definição tem a desvantagem de poder incluir indivíduos condenados erroneamente, bem como de deixar de fora todos aqueles que possam ter cometido atos iguais e não ter sido condenados, mas parece ainda assim ser a forma mais fiável de definir e encontrar uma população que tende a ser de difícil acesso, pela estigmatização inerente a este comportamento.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2017, foram detidos 220 indivíduos do sexo masculino em Portugal por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Destes, 98 foram detidos por abuso sexual de crianças e 53 por violação. Em relação aos primeiros, 69.5% tinham idades compreendidas, entre os 21 e os 60 anos. Os segundos eram tendencialmente mais jovens, com 71.1% dos detidos na faixa etária dos 21 aos 50 anos. Estes valores são já consideráveis no panorama geral da criminalidade violenta nacional, mas assumem maior gravidade quando se considera a natureza do crime e a dificuldade em obter valores reais pela estigmatização associada à rotulação das vítimas e, no caso do abuso sexual de crianças, à fragilidade a elas inerente, derivada da sua idade e muitas vezes da relação de proximidade com o abusador. Com efeito, o abusador e a vítima mantinham laços familiares em 44.5% dos casos.

É também importante referir a disparidade entre o número de detenções e o número de casos reportados. De acordo com o RASI de 2017, o número de casos reportados de violação é de 408 (um aumento de 21.8% em relação aos 335 do ano anterior), o que remete para as dificuldades inerentes ao processo, tanto relativas à obtenção de provas como à vitimização secundária experienciada pelas vítimas no sistema de justiça. Relativamente ao abuso sexual de crianças, apesar de o RASI não fornecer dados concretos do número de casos reportados, mantêm-se válidos os pressupostos assumidos para o ponto anterior, com as agravantes já referidas.

2. Fatores de Risco Para Agressão Sexual

Fatores de risco são aspetos (comportamentos passados ou presentes, atitudes, crenças, características do meio) que contribuem para aumentar a probabilidade de adoção de um determinado comportamento. Estes podem ser agrupados em três níveis distintos – fatores sociais e comunitários, fatores relacionais e fatores individuais (Tharp et al., 2012).

2.1. Fatores Sociais e Comunitários

Fatores de risco sociais e comunitários podem ser divididos em duas categorias: fatores de género e fatores estruturais, ambas propostas pela literatura existente como potenciais fatores de risco para a violência sexual (Jewkes, Sem, & Garcia-Moreno, 2002), mas os efeitos encontrados têm sido mistos ou não-significativos (Koenig, Stephenson, Ahmed, Jejeebhoy, & Campbell, 2006; Krahe, 1998).

2.2. Agressividade

A agressividade tem sido identificada na literatura como um fator de risco para a adoção de comportamentos de agressão sexual. Malamuth e colaboradores (1995) indicaram que elevados níveis de hostilidade funcionariam como um facilitador da adoção de comportamentos de agressão sexual, principalmente quando acompanhados por sentimentos de insegurança acerca das relações com o sexo oposto, enquanto que os estudos de DeSouza e Ribeiro (2005) e Gidycz, Warkentin e Orchowski (2007) encontraram evidências de níveis mais elevados de agressividade em agressores sexuais do que em grupos de controlo.

2.3. Psicopatologia

Vários estudos sugerem a existência de uma ligação entre psicopatologia e violência, como o de Rebocho (2007), que encontrou evidências de que condições como a ansiedade, depressão e solidão têm uma prevalência mais elevada em agressores sexuais do que em grupos de controlo; e o de Francia e colaboradores (2010).

2.4. Capacidades Interpessoais

Capacidades interpessoais dizem respeito a um domínio de fatores que incluem empatia, intimidade, interpretação de pistas sociais e deseabilidade social (Tharp et al., 2012).

Segundo Marshall e Barbaree (1990), défices de competências sociais e dificuldade em manter relacionamentos interpessoais positivos podem levar a sentimentos de inadequação e rejeição, que por sua vez podem funcionar como um fator de risco para a violência sexual. Também os estudos de Abbey, Parkhill, BeShears, Clinton-Sherrod e Zawacki (2006) e de Wheeler, George e Dahl (2002) encontraram evidências de uma ligação entre falta de empatia, de vergonha e de deseabilidade social e agressão sexual.

3. Síntese dos Principais Modelos Teóricos do Abuso Sexual

3.1. Modelo da Aprendizagem Social

Este modelo, defendido por Abel, Becker e Cunningham-Rathner (1984), enfatiza o papel do desenvolvimento normativo e adaptativo para a inibição de comportamentos sexuais inadequados. Para os autores, o indivíduo aprende um conjunto de crenças, pensamentos e fantasias sexuais socialmente aceites ao longo do processo de maturação, que lhe permitem não só a promoção de um padrão de comportamento sexual adequado, como a inibição de pulsões e fantasias censuráveis.

Quando, por qualquer motivo, este processo funciona de forma desadaptativa, podem gerar-se e manter-se um conjunto alternativo de crenças e fantasias sexuais, consideradas inaceitáveis pela sociedade. Nestes casos, o indivíduo apercebe-se de que as suas pulsões são rejeitadas pelo meio e pode desenvolver algumas distorções cognitivas – perceções, justificações ou julgamentos – promotoras da sua autoestima, que funcionam como facilitador e legitimador desse tipo de comportamentos sexuais.

3.2. Modelo das Teorias Implícitas

O modelo proposto por Ward, McCormack, Hudson e Polaschek (1997) salienta a importância de um conjunto de distorções cognitivas – crenças e atitudes desadaptativas e estilos de pensamento problemático – como estando na base de processos cognitivos de desculpabilização, culpabilização da vítima e racionalização dos comportamentos disfuncionais. Assim, de acordo com o modelo, as disfunções cognitivas do agressor estão relacionadas com a natureza das vítimas e não são decorrentes das suas próprias crenças. Apresenta-se então a noção das teorias implícitas, tipos particulares de esquemas utilizados pelos ofensores como forma de explicar, prever e interpretar fenómenos interpessoais, segundo as quais a compreensão do mundo que nos rodeia é organizada através de um conjunto de teorias que nos habilita a perceber o ambiente social e a fazer inferências acerca de acontecimentos futuros. Os agressores sexuais encontram nas suas teorias implícitas a base para a interpretação inferida dos estados mentais e comportamentos das suas vítimas e para a previsão das suas ações futuras. As teorias implícitas selecionam as evidências e a interpretação a fazer das mesmas (Ward, 2000).

Em 2006, este modelo foi expandido para dar lugar ao Modelo de Julgamento das Distorções Cognitivas (JMCD, Ward, Gannon, & Keown, 2006; Ward, Keown, & Gannon, 2007) que, apesar de ainda se centrar nas teorias implícitas, incorpora outros fenómenos cognitivos, permitindo basear os juízos feitos pelos indivíduos em crenças, valores e ações. Assim, as agressões sexuais podem ser originadas pelas crenças que o sujeito apresenta sobre si próprio e sobre a sociedade em que se insere. Ainda é possível que, mesmo dotado de um conjunto de crenças adaptativas, o indivíduo avalie a informação que o rodeia de forma errónea, tornando a crença inadaptada ao contexto. Quanto aos valores, estes são relativos a experiências ou atributos enraizados e funcionam como motivadores das ações. A busca instintiva da satisfação de necessidades como o bem-estar ou o prazer, em circunstâncias económica e socialmente desfavoráveis, pode levar à criação de juízos desadaptados. Finalmente as ações estão intimamente relacionadas com os mecanismos de defesa dos agressores, constituindo um conjunto de declarações que, se repetidamente afirmadas, acabam por ser integradas nas suas crenças (Ward, Hudson, & Marshall, 1996).

Para Ward e colaboradores (1996), é através das distorções cognitivas que conseguimos aceder às teorias implícitas; são elas que permitem a organização e interpretação da informação acerca do comportamento das vítimas, assim como a distorção desta informação para permitir a sua incorporação no conjunto de crenças interiorizadas pelo sujeito (Ward et al., 1996).

3.3. Modelo “Quadripartido” de Hall e Hirschman

O modelo de Hall e Hirschman (1992), foi criado com o objetivo de unir e sistematizar as diferentes perspetivas acerca da agressão sexual. Inicialmente focado no fenómeno da violação, mas em 2001 estendido para abranger também a temática do abuso sexual de crianças, o modelo “quadripartido” destes autores baseia-se em quatro principais fatores: (a) ativação fisiológica inapropriada; (b) distorções cognitivas; (c) descontrolo afetivo; (d) problemas de personalidade. Estes fatores funcionam de forma independente, mas interligada, e são responsáveis pelo aumento do risco de agressão sexual.

O primeiro fator – ativação fisiológica inapropriada - foi detetado por Ward (2001) como sendo uma característica distintiva entre abusadores sexuais de menores e outros ofensores. Quando expostos a estímulos visuais e auditivos relativos a menores, os abusadores demonstraram maior ativação fisiológica que os restantes. Foi ainda observado que indivíduos com diagnóstico de pedofilia demonstravam, antes do diagnóstico, impulsos sexuais persistentes e intrusivos, e fantasias sexuais com crianças. Detetou-se nestes indivíduos a tendência para evitação da violência física para com as vítimas, assim como da agressividade geral, mas uma maior probabilidade para a reincidência no crime, resultando num maior número de vítimas.

O segundo fator – distorções cognitivas – é considerado fulcral por autores como Hall e Hirschman (1992), tanto para explicar a primeira incidência de abuso por parte de um sujeito como para o estabelecimento de um padrão de ação e manutenção deste. Aqui enfatizam-se os efeitos das distorções cognitivas associadas à culpabilização da vítima e à minimização dos efeitos do abuso, entre outros, como potenciadores do comportamento de violência sexual. Estas distorções permitem ao agressor uma simples avaliação risco-benefício do ato, tomando em consideração a sua própria gratificação e a probabilidade de punição, mas desconsiderando os efeitos para a vítima e a vontade desta.

O terceiro fator – descontrolo afetivo – refere-se à capacidade de autorregulação e gestão emocional do sujeito. A desregulação emocional potencia a desinibição e o recurso a estratégias de controlo ineficazes e desadaptativas, que por sua vez geram estados emocionais mais negativos e facilitam a adoção de comportamentos abusivos. Assim, entendem-se os estados emocionais negativos como dificultadores do controlo e inibição de tendências sexuais inadequadas.

O quarto e último fator – problemas de personalidade – é visto como o resultado de um processo de desenvolvimento desadaptativo, com experiências precoces disruptivas da normal socialização e aprendizagem, como rupturas no núcleo familiar ou abusos físicos ou sexuais (Ward, 2001). Estas experiências negativas em fases críticas para o desenvolvimento do indivíduo aumentam a probabilidade da aprendizagem de crenças e comportamentos antissociais e a dificuldade de retomar um percurso normativo de desenvolvimento e socialização (Ward et al., 1996).

4. Tipologias de Agressores Sexuais

Têm sido apresentadas diferentes propostas para a definição do agressor sexual, sendo de destacar os modelos clássicos da agressão sexual (Hall & Hirschman, 1991; Knight & Prentky, 1990), que se baseiam na consideração de dois fatores fundamentais: a desviância sexual e a antissocialidade. Estes fatores explicam uma parte significativa da variância na agressão sexual, assim como na reincidência (McCann & Lussier, 2008), e baseados neles podemos criar dois subtipos de agressores sexuais, conforme evidenciem características mais marcadas de um dos fatores ou do outro.

Indivíduos altamente antissociais constituem um subtipo, caracterizado pela presença de menores défices cognitivos (Joyal, Hallé, Lapierre, & Hodgins, 2003) e de mais competências sociais e de interação com o sexo oposto (Dreznick, 2003), mas também níveis mais elevados de impulsividade - indicadora de mecanismos de inibição deficitários, tendência para ignorar as consequências dos seus atos, egocentrismo, maior risco para consumo de substâncias e menor probabilidade de reincidência (McCann & Lussier, 2008). Têm sido também

encontradas disfunções na memória de trabalho, mas estas encontram-se também em indivíduos com historial de violência crónica (Séguin, Nagin, Assaad, & Tremblay, 2004), pelo que estes défices não podem ser relacionados diretamente a este perfil de agressão sexual. Este subtipo, por não evidenciar preferências sexuais atípicas, como a atração por crianças, é composto maioritariamente por agressores sexuais de adultos. É expectável que este grupo, pelas características atrás referidas, se assemelhe mais aos indivíduos com historial de agressão sem componente sexual.

O outro subtipo seria caracterizado por níveis mais elevados do fator desviância sexual (preferências sexuais mais atípicas), englobando entre outros os indivíduos com preferência sexual por crianças e conseqüentemente os agressores sexuais de crianças e os pedófilos. Estes indivíduos evidenciam disfunções cognitivas mais graves e mais diversificadas que os do outro subtipo (Joyal, Dubreucq, Gendron, & Millaud, 2007; Langevin & Curnoe, 2008) bem como níveis mais baixos de QI (Cantor, Blanchard, Robichaud, & Christensen, 2005), estando também relacionado com traços sociais como o isolamento, baixa autoestima, falta de capacidades interpessoais e de relacionamento com o sexo oposto, sentimentos de inadequação, falta de assertividade, medo de rejeição e pouco conhecimento sexual (Davis & Leitenberg, 1987; Seto, 2008). A associalidade está também relacionada com défices cognitivos mais marcados ao nível do raciocínio, dedução e flexibilidade cognitiva (Gilotty, Kenworthy, Wagner, Sirian, & Black, 2002; Green, Olivier, Crawley, Penn, & Silverstein, 2005; Schonfeld, Paley, Frankel, & O'Connor, 2006).

5. O Funcionamento Executivo e sua Relevância no Estudo do Abuso Sexual

As primeiras perspetivas daquilo que é hoje considerado o funcionamento executivo faziam a distinção entre processos controlados e automáticos (Schneider & Shiffrin, 1997), pondo o foco deste conceito na atenção seletiva e naquilo a que se chamou “controlo cognitivo” (Posner & Snyder, 1975). Atualmente adota-se uma perspetiva mais abrangente do funcionamento executivo, que o conceptualiza não como um processo único mas como um conjunto de processos e domínios em interação, embora não haja ainda consenso

acerca de quais são exatamente estes processos e domínios (e.g. Lezak, 1995; Miller & Cohen, 2001; Zelazo, Carter, Reznick, & Frye, 1997).

Tendo em conta esta falta de consenso, torna-se necessário escolher um modelo que sirva de base ao nosso estudo. Para esse efeito, o Modelo da Unidade e Diversidade (Miyake et al., 2000; Miyake & Friedman, 2012) demonstra uma sistematização adequada dos componentes do funcionamento executivo e da sua ligação ao conceito que as subordina, integrando processos executivos e não-executivos na realização de tarefas associadas ao funcionamento executivo, mas salientando que défices neste funcionamento não podem ser entendidos sem a remoção de artefactos não-executivos (i.e., outras funções mentais) que impeçam uma avaliação melhor delimitada de variáveis executivas. Os autores identificam, através desta abordagem, três componentes do funcionamento executivo, ou seja, três funções executivas em si mesmas, que podem ser relativamente bem isoladas de outras funções cognitivas: a *Inibição* (Inhibiting); a *Flexibilidade* (Shifting); e a *Atualização* (Updating).

A *Inibição* é conceptualizada como sendo a capacidade de inibir voluntária e deliberadamente respostas automáticas e prepotentes em situações que o exijam.

A *Flexibilidade* é a capacidade de alteração do estado cognitivo e dos processos e estratégias em uso em resposta a alterações nas condições ambientais, ultrapassando interferências causadas por estados cognitivos anteriores.

A *Atualização* representa a capacidade de codificação e manipulação ativa de informação relevante na memória de trabalho.

Estas três funções, em conjunto, garantem o adequado funcionamento executivo, e é através da sua análise individual e integrada que podem ser identificados défices neste funcionamento, tendo em conta não só cada função, mas também as relações entre elas e os resultados destas relações.

6. Objetivos do Estudo

O presente trabalho pretende ser um contributo para a análise de eventuais alterações do funcionamento executivo em agressores sexuais, nomeadamente para a identificação de potenciais défices específicos que os diferenciem da população normativa, de agressores não sexuais e que permitam a distinção entre tipologias de agressores sexuais. O objetivo é que a identificação de tais défices específicos, a existirem, facilite o estabelecimento de uma base para a avaliação e tratamento destes indivíduos, através de programas específicos e adaptados à sua problemática e às suas capacidades.

Baseados nos pressupostos já expostos, elencou-se um conjunto de hipóteses para este estudo:

Hipótese 1: Os agressores sexuais de adultos têm pior desempenho em tarefas de *inibição* do que os agressores sexuais de crianças, os agressores não-sexuais e os controlos comunitários, quando controladas as variáveis interferentes (idade, nível de escolaridade, nível cognitivo, sintomatologia psicopatológica, desejabilidade social, agressividade e psicopatia);

Hipótese 2: Os agressores sexuais de crianças têm pior desempenho em tarefas de *atualização* e de *flexibilidade* do que os agressores sexuais de adultos, os agressores não-sexuais e os controlos comunitários, quando controladas as variáveis interferentes (idade, nível de escolaridade, nível cognitivo, sintomatologia psicopatológica, desejabilidade social, agressividade e psicopatia);

Hipótese 3: Os agressores sexuais e os agressores não-sexuais têm pior desempenho em todas as tarefas de funcionamento executivo que os controlos comunitários, quando controladas as variáveis interferentes (idade, nível de escolaridade, nível cognitivo, sintomatologia psicopatológica, desejabilidade social, agressividade e psicopatia).

Método

1. Participantes

Para este estudo foram recolhidos dados de 90 participantes, todos do sexo masculino, divididos em 4 grupos:

- O Grupo 1 é composto por 20 indivíduos, condenados por abuso sexual de menores;
- O Grupo 2 é constituído por 11 indivíduos com condenações por violação;
- O Grupo 3 é constituído por 29 indivíduos com condenações por agressão, violência doméstica e/ou tráfico de estupefacientes;
- O Grupo 4 é composto por 30 indivíduos sem registo criminal (controles comunitários).

Os indivíduos do Grupo 1 situam-se na faixa etária dos 27 aos 74 anos ($M = 54.5$, $DP = 12.2$), apresentando uma escolaridade vertical entre os 4 e 15 anos ($M = 7.10$, $DP = 3.23$). Eram maioritariamente casados (50%) ou divorciados (25%). Cometeram crimes envolvendo de uma a 42 vítimas cada ($M = 3.40$, $DP = 9.16$), com idade entre os 3 e os 16 anos ($M = 10.8$, $DP = 3.28$). Um total de 50% destes indivíduos já tinha praticado no passado pelo menos mais um crime de abuso sexual.

Os indivíduos do Grupo 2 situam-se na faixa etária dos 32 aos 68 anos ($M = 43.8$, $DP = 10.1$), apresentando entre 4 e 11 anos de escolaridade ($M = 7.00$, $DP = 1.95$). Os elementos deste grupo, ao contrário dos restantes, eram na sua maioria solteiros (64%); apenas 18% eram casados e 18% divorciados. Quanto à reincidência, 73% destes indivíduos já tinha praticado no passado pelo menos mais um crime de abuso sexual. Encontravam-se registadas uma a duas vítimas por agressor ($M = 1.27$, $DP = 0.467$).

Os indivíduos do Grupo 3 situam-se na faixa etária dos 34 aos 71 anos ($M = 49.6$, $DP = 11.9$), com escolaridade entre 4 e 12 anos ($M = 6.97$, $DP = 2.58$). Neste Grupo, 59% dos participantes já tinha sido condenado no passado por pelo menos mais um crime.

Por fim, os participantes do Grupo 4 situam-se na faixa etária dos 34 aos 73 anos ($M = 50.4$, $DP = 10.7$), com escolaridade entre 4 e 15 anos de ($M = 7.10$, $DP = 2.72$).

Os participantes dos grupos forenses foram recrutados em contexto prisional, num estabelecimento prisional da área metropolitana do Porto, e selecionados através de análise documental. Os dados pessoais e sociodemográficos foram também obtidos por análise documental, antes da aplicação do protocolo de avaliação. Os dados pessoais e sociodemográficos foram complementados por entrevista presencial semiestruturada. Foram considerados critérios de exclusão para estes grupos inimputabilidade, doença mental documentada e iliteracia.

Os participantes do Grupo 4 foram recrutados em meio livre, através do método de bola de neve. Foram apenas considerados indivíduos do sexo masculino com mais de 18 anos, sem registo criminal, doença mental documentada, nem dificuldades de escrita e leitura. Os dados sociodemográficos destes participantes foram recolhidos através de uma entrevista semiestruturada.

As amostras recolhidas para todos os grupos estavam estatisticamente emparelhadas quanto à idade e ao nível de escolaridade.

2. Instrumentos e tarefas

2.1. N-back

Foi utilizada uma tarefa de *N-back* (Kirchner, 1958) como medida da componente de *atualização* do funcionamento executivo. A tarefa foi realizada através da utilização de dois baralhos de cartas de jogar. As cartas foram colocadas por uma ordem específica comum a todos os participantes e mostradas sequencialmente, com este a dar uma resposta – um toque audível com uma caneta na mesa - sempre que a carta revelada pertencia a um naipe da mesma cor da penúltima carta mostrada. O desempenho foi medido através do número de respostas corretas, tomando como resposta incorreta tanto falsos negativos como falsos positivos. Para realizar esta tarefa é necessário que o participante manipule ativamente a informação relevante no “espaço mental” enquanto elimina

a interferência da informação irrelevante, mantendo em memória o naipe das duas últimas cartas enquanto atualiza o naipe das novas (Chatham et al., 2011).

2.2. Trail Making Test

O *Trail Making Test* (TMT; Reitan & Wolfson, 1985) foi utilizado como medida da componente de *flexibilidade* do funcionamento executivo. O teste consiste em duas tarefas de ordenação crescente: na primeira (parte A) é pedido ao participante que ordene uma sequência de números; na parte B é pedido que ordene uma sequência composta por números e letras de forma alternada. Para a realização da parte B, é necessária a utilização de processos associados à função de flexibilidade cognitiva, nomeadamente a capacidade de alternar entre números e letras, após ter sido consolidada a estratégia de unir apenas números (Zakzanis, Mraz, & Graham, 2005). Foi utilizado como medida de desempenho o tempo de conclusão da parte B do teste, em segundos.

2.3. Stroop Colour-Word Test

O *Stroop Colour-Word Test* (Stroop, 1935) foi utilizado como medida da componente de inibição do funcionamento executivo. É um teste composto por três condições de 100 estímulos visuais cada, distribuídos por cinco colunas. É pedido aos participantes que leiam palavras ou nomeiem cores de estímulos o mais rápido possível durante 90 segundos. Os erros são corrigidos imediatamente. A primeira condição pede a leitura de palavras impressas a preto; a segunda condição requer a nomeação da cor em que estão impressas um conjunto de cruces (XXXX); a terceira exige a leitura da cor em que estão impressas um conjunto de palavras. Para forçar a inibição das respostas dominantes na realização desta terceira tarefa, as palavras são nomes de cores que não coincidem com a cor em que estão impressas. A medida de desempenho utilizada foi o tempo de realização da prova de nomeação de cor.

2.4. Brief Symptom Inventory – Short Form

O *Brief Symptom Inventory* (Derogatis & Melisaratos, 1983; versão portuguesa de Canavarro, M. C., 1995) é uma escala de sintomatologia psicopatológica breve construída a partir do SCL-90-R, composta por dezoito itens avaliados numa escala de 0 a 4, consoante o quanto o sujeito sentiu que foi

afetado pelos problemas apresentados, em que 0 é nunca e 4 é sempre. É pedido aos participantes que indiquem em que medida foram afetados pelos problemas referidos em cada item ao longo da última semana. Este questionário foi utilizado para efetuar uma despistagem de sintomas psicopatológicos como depressão e ansiedade, que possam ter influência sobre os resultados.

2.5. Buss-Perry Aggression Questionnaire – Short Form

O *Buss-Perry Aggression Questionnaire - Short-Form* (Buss & Perry, 1992; versão portuguesa de Pechorro & Barroso, 2013) é uma escala de doze itens avaliados numa escala de 0 a 4. Cada item representa uma característica pessoal, sendo que uma resposta de 0 significa que o sujeito nunca ou quase nunca evidencia essa característica, e uma resposta de 4 significa que sempre ou quase sempre a evidencia. Este questionário fornece dados acerca de quatro dimensões da agressão: agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade. Foi utilizado para controlar a possível interferência da agressividade dos participantes nos resultados.

2.6. Marlow-Crowne Social Desirability Scale – Short Form

A *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale - Short-Form* (Crowne & Marlowe, 1960; versão portuguesa de Pechorro, 2012) é um questionário de treze itens respondidos numa escala dicotómica de verdadeiro ou falso, em que é pedido aos participantes que indiquem se consideram que as afirmações correspondem ao que pensam de si próprios, permitindo estimar o grau de viés da desejabilidade social nas respostas. A natureza da população estudada e da sua relação com o avaliador poderá criar um nível de desejabilidade social elevado, distorcendo as respostas dos participantes aos restantes instrumentos.

2.7. Levenson Self-Report Psychopathy

A versão portuguesa da Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRP), desenvolvida por Coelho e Paixão, em 2010, é uma medida de personalidade psicopática. Consiste num questionário de 26 itens avaliados numa escala de 1 a 4, em que é pedido ao participante que indique até que ponto as características pessoais, comportamentos e pensamentos, ali referidos o descrevem. Uma resposta de 1 significa que o sujeito discorda fortemente com a afirmação, e uma

resposta de 4 significa que concorda fortemente. Devido à elevada prevalência da psicopatia na população prisional, é importante verificar até que ponto isso influenciará os resultados aqui encontrados.

2.8. Montreal Cognitive Assessment

O *Montreal Cognitive Assessment* (Nasreddine, 1996) é um instrumento de despistagem de disfunções cognitivas moderadas que avalia os domínios cognitivos da atenção e concentração, funções executivas, memória, linguagem, capacidades visuo-construtivas, pensamento conceptual, cálculo e orientação. Foi utilizado em formato de papel e lápis, e consiste num conjunto simples e relativamente curto de tarefas que permitem detetar indivíduos com défices cognitivos que influenciem significativamente a capacidade de resposta aos restantes instrumentos.

3. Procedimentos

Para a recolha de dados, os participantes encarcerados, após o processo de seleção e exclusão, foram chamados individualmente para administração do protocolo. Para os sujeitos a cumprir pena por crimes não-sexuais foi utilizado um gabinete de atendimento no pavilhão do regime comum, isolado dos restantes reclusos, guardas e técnicos. Para os participantes condenados por crimes sexuais, devido às necessidades de segurança impostas pela natureza da sua relação com os restantes reclusos, foi reservada uma parte mais isolada do refeitório, durante horários em que este não era utilizado. Os participantes recolhidos fora do contexto prisional foram entrevistados em contextos distintos, dependendo da disponibilidade de cada um.

Começou-se com uma breve explicação do propósito da investigação, da duração estimada das tarefas, e a garantia de anonimato e confidencialidade. Aos participantes encarcerados foi também dada a garantia de que nenhuma informação ali recolhida seria passada aos serviços técnicos e de segurança ou a qualquer outro elemento do Estabelecimento Prisional. Como tal, nada do que dissessem ou fizessem naquele contexto seria usado para os prejudicar ou beneficiar em qualquer situação posterior. Todos os participantes foram também

informados de que a sua participação era completamente voluntária, e que eram livres de optar por não responder a qualquer pergunta e de desistir a qualquer momento.

Após esclarecimento de quaisquer dúvidas que restassem, todos os sujeitos que aceitaram participar assinaram um comprovativo de consentimento informado antes de iniciar o protocolo experimental.

Para todos os participantes o protocolo consistiu no mesmo conjunto de tarefas, apresentadas pela mesma ordem. O protocolo consistiu na aplicação seguida e ininterrupta (exceto quando pedido pelo participante para esclarecimento de dúvidas ou qualquer outro motivo) do MoCA, do teste de leitura de cores e palavras de Stroop, do Trail-Making Test, da tarefa de 2-Back, do BSI – Short Form, do BPAQ – Short Form, do MCSDS – Short Form, e do LSRP. O preenchimento dos questionários foi feito pelo entrevistador, devido às dificuldades de leitura e compreensão presentes em muitos dos participantes, e em todos os outros para garantir o mínimo de variabilidade na sua aplicação.

No final da aplicação do protocolo os participantes tiveram uma última oportunidade para colocar questões e, após um agradecimento pela sua colaboração, deu-se por terminada a recolha.

Para análise dos resultados recorreu-se a estatísticas descritivas, nomeadamente de tendência central e dispersão, bem como análises de variância, uma vez verificados os necessários pressupostos. Para se identificarem as diferenças, recorreu-se a análises post-hoc através do método de Bonferroni.

Resultados

1. Nível cognitivo

Para analisar o nível cognitivo dos participantes (ver estatísticas descritivas na Tabela 1) utilizámos um teste ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, e a pontuação do MoCA como variável dependente. Nesta análise encontraram-se diferenças significativas entre os grupos, $F(3,86) = 4.44$, $p = .006$. Analisando estas diferenças através de um teste de post-hoc de Bonferroni, concluiu-se que o grupo de abusadores sexuais de crianças demonstra maiores défices cognitivos que os controlos comunitários ($p = .007$), não tendo sido encontradas diferenças entre os restantes grupos (ver Tabela 2).

Tabela 1.

Pontuação dos vários grupos de participantes no MoCa

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	19.3	4.28
Violadores	23.2	2.71
Criminosos não-sexuais	21.0	5.62
Controlos comunitários	23.5	3.29

Tabela 2.

Comparações múltiplas da pontuação dos vários grupos de participantes no MoCa

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	-3.93	.107
	Criminosos não-sexuais	-1.78	.963
	Controlos comunitários	-4.22	.007
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	3.93	.107
	Criminosos não-sexuais	2.15	.994
	Controlos comunitários	-0.29	1.00
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	1.78	.963
	Violadores	-2.15	.994
	Controlos comunitários	-2.43	.205
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	4.22	.007
	Violadores	0.29	1.00
	Criminosos não-sexuais	2.43	.205

2. Sintomatologia Psicopatológica

Para medir este aspeto, realizou-se um teste de ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, e a pontuação do BSI-SF como variável dependente (ver estatísticas descritivas na Tabela 3). Também neste aspeto encontraram-se diferenças significativas entre grupos, $F(3,86) = 3.43$, $p = .021$. Analisando estas diferenças com um teste de post-hoc de Bonferroni verifica-se que o grupo de abusadores sexuais de crianças demonstra mais sintomatologia que o grupo de controlos comunitários ($p = .041$). Não se encontraram diferenças entre os restantes grupos (ver Tabela 4).

Tabela 3.*Pontuação dos vários grupos de participantes no BSI-SF*

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	19.3	2.43
Violadores	23.2	2.63
Criminosos não-sexuais	21.0	1.18
Controlos comunitários	23.5	0.83

Tabela 4.*Comparações múltiplas da pontuação dos vários grupos de participantes no BSI-SF*

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	0.54	1.00
	Criminosos não-sexuais	1.28	1.00
	Controlos comunitários	5.95	.041
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	-0.54	1.00
	Criminosos não-sexuais	0.74	1.00
	Controlos comunitários	5.41	.251
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-1.28	1.00
	Violadores	-0.74	1.00
	Controlos comunitários	4.67	.107
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	-5.95	.041
	Violadores	-5.41	.251
	Criminosos não-sexuais	-4.67	.107

3. Desejabilidade Social

Para verificar a influência da desejabilidade social nas respostas dadas pelos participantes, realizou-se um teste de ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, e a pontuação do MCSDS-SF como variável dependente (ver estatísticas descritivas na Tabela 5). Foram encontradas diferenças entre os grupos analisados, $F(3,86) = 42.8$, $p < .001$. Analisando estas diferenças através de um teste de post-hoc de Bonferroni, verifica-se que os controlos comunitários demonstraram níveis mais baixos de influência da desejabilidade social nas respostas que todos os outros grupos (todos $t > 5.09$, todos $p < .001$).

Não foram encontradas diferenças entre os outros grupos (ver Tabela 6).

Tabela 5.

Pontuação dos vários grupos de participantes no MCSDS-SF

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	10.1	0.636
Violadores	8.45	0.718
Criminosos não-sexuais	8.62	0.453
Controlos comunitários	3.37	0.305

Tabela 6.

Comparações múltiplas da *pontuação dos vários grupos de participantes no MCSDS-SF*

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	1.65	.366
	Criminosos não-sexuais	1.48	.181
	Controlos comunitários	6.73	.000
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	-1.65	.366
	Criminosos não-sexuais	-0.166	1.00
	Controlos comunitários	5.09	.000
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-1.48	.181
	Violadores	0.166	1.00
	Controlos comunitários	5.25	.000
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	-6.73	.000
	Violadores	-5.09	.000
	Criminosos não-sexuais	-5.25	.000

4. Agressividade

Como medida da agressividade foi realizado um teste de ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, e a pontuação do BPAQ-SF como variável dependente (ver estatísticas descritivas na Tabela 7). Foram encontradas diferenças significativas entre os grupos, $F(3,86) = 10.7$, $p < .001$. Fazendo a análise destas diferenças através de um teste de post-hoc de Bonferroni, verifica-se que os controlos comunitários demonstraram níveis mais baixos de influência da agressividade nas respostas que todos os outros grupos (todos $t > 3.16$, todos $p < .006$)

Não se encontraram diferenças significativas entre os restantes grupos (ver Tabela 8).

Tabela 7.

Pontuação dos vários grupos de participantes no BPAQ-SF

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	10.5	5.53
Violadores	13.1	1.92
Criminosos não-sexuais	9.79	2.53
Controlos comunitários	6.63	3.21

Tabela 8.

Comparações múltiplas da pontuação dos vários grupos de participantes no BPAQ-SF

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	-2.59	.339
	Criminosos não-sexuais	0.707	1.00
	Controlos comunitários	3.87	.002
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	2.59	.339
	Criminosos não-sexuais	3.30	.064
	Controlos comunitários	6.46	.000
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-0.707	1.00
	Violadores	-3.30	.064
	Controlos comunitários	3.16	.006
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	-3.87	.002
	Violadores	-6.46	.000
	Criminosos não-sexuais	-3.16	.006

5. Psicopatia

Como medida dos níveis de psicopatia dos participantes foi realizado um teste de ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, e a pontuação do LSRP como variável dependente (ver estatísticas descritivas na Tabela 9). Também aqui foram encontradas diferenças significativas entre os grupos, $F(3,86) = 21.4$, $p < .001$. Analisando estas diferenças através de um teste de post-hoc de Bonferroni, verifica-se que os indivíduos pertencentes ao grupo dos abusadores sexuais de crianças demonstram níveis mais elevados de psicopatia que os pertencentes ao grupo de criminosos não-sexuais e que os controlos comunitários (ambos $t > 15.6$, ambos $p < .001$) e que os pertencentes ao grupo dos violadores demonstram também níveis mais elevados que os pertencentes ao grupo de criminosos não-sexuais e que os controlos comunitários (ambos $t > 14.8$, ambos $p < .002$).

Não foram encontradas diferenças entre abusadores sexuais de crianças e violadores nem entre criminosos sem historial de criminalidade sexual e indivíduos sem registo criminal (ver Tabela 10).

Tabela 9.

Pontuação dos vários grupos de participantes no LSRP

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	56.3	12.3
Violadores	55.5	8.29
Criminosos não-sexuais	40.7	11.2
Não criminosos	33.6	11.3

Tabela 10.

Comparações múltiplas da pontuação dos vários grupos de participantes no LSRP

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	0.845	1.00
	Criminosos não-sexuais	15.6	.000
	Controlos comunitários	22.7	.000
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	-0.845	1.00
	Criminosos não-sexuais	14.8	.002
	Controlos comunitários	21.9	.000
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-15.6	.000
	Violadores	-14.8	.002
	Controlos comunitários	7.12	.100
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	-22.7	.000
	Violadores	-21.9	.000
	Criminosos não-sexuais	-7.12	.100

6. Inibição

Medimos a componente de inibição do funcionamento executivo através do teste de Stroop (ver estatísticas descritivas na Tabela 11). Inicialmente foi feita uma análise de correlações, para perceber que outros fatores influenciariam esta medida, e essa análise indicou como covariáveis a idade ($r = -.492$, $p = .028$), o nível de escolaridade ($r = .459$, $p = .042$), o resultado do MoCA ($r = .541$, $p = .014$) e o do BSI-SF ($r = -.417$, $p = .024$). Após a realização de uma ANCOVA entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, a pontuação do Stroop

como variável dependente e estas outras como covariáveis, apenas o efeito do nível de escolaridade manteve significância estatística ($p = .045$).

Realizámos então uma segunda ANCOVA, agora entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, a pontuação do Stroop como variável dependente e o nível de escolaridade como covariável, verificando-se a existência de diferenças significativas entre os quatro grupos analisados, $F(3,85) = 24.8$, $p < .001$, uma vez controlada a escolaridade. Analisando as diferenças encontradas, através de um teste de post-hoc de Bonferroni, conclui-se que o grupo de controlos comunitários apresenta menos dificuldades ao nível da inibição do que os restantes grupos (todos $t > 31.4$, todos $p < .001$)

Não foram encontradas diferenças significativas entre criminosos violadores, abusadores sexuais de crianças, e criminosos não-sexuais (ver Tabela 12).

Tabela 11.

Pontuação dos vários grupos de participantes no teste de Stroop

	Média Ajustada	Erro Padrão
Abusadores sexuais de crianças	72.4	23.8
Violadores	62.4	21.5
Criminosos não-sexuais	69.2	21.9
Controlos comunitários	103	8.81

Tabela 12.

Comparações múltiplas da *pontuação dos vários grupos de participantes no teste de Stroop*

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	1.43	.939
	Criminosos não-sexuais	0.55	1.00
	Controlos comunitários	-5.98	.000
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	-1.43	.939
	Criminosos não-sexuais	-1.07	1.00
	Controlos comunitários	-6.42	.000
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-0.55	1.00
	Violadores	1.07	1.00
	Controlos comunitários	-7.23	.000
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	5.98	.000
	Violadores	6.42	.000
	Criminosos não-sexuais	7.23	.000

7. Flexibilidade

Medimos a componente de flexibilidade do funcionamento executivo através do Trail-Making Test (ver estatísticas descritivas na Tabela 13). Inicialmente foi feita uma análise de correlações, para perceber que outros fatores influenciariam esta medida, e essa análise indicou como covariáveis a idade ($r = .607$, $p = .005$), o resultado do MoCA ($r = -.614$, $p = .004$) e o do BSI-SF ($r = .646$, $p = .002$). Após a realização de uma ANCOVA, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, a pontuação do Trail-Making Test como variável dependente e estas outras como co-variáveis, apenas o efeito do resultado do BSI-SF manteve significância estatística ($p = .001$).

Realizámos então uma segunda ANCOVA, agora entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, a pontuação do Trail-Making Test como variável dependente e o resultado do BSI-SF como covariável, verificando-se a existência de diferenças significativas entre os quatro grupos analisados, $F(3,85) = 8.70$, $p < .001$. Analisando os dados através de um teste post-hoc de Bonferroni, conclui-se que os indivíduos do grupo de abusadores sexuais de crianças demonstram menores capacidades de flexibilidade que os restantes (todos $t > 56.2$, todos $p < .003$)

Não foram encontradas diferenças significativas entre os restantes grupos (ver Tabela 14).

Tabela 13.

Pontuação dos vários grupos de participantes no teste de Trail-Making

	Média Ajustada	Erro Padrão
Abusadores sexuais de crianças	162	81.9
Violadores	101	41.7
Criminosos não-sexuais	103	33.9
Controlos comunitários	90.9	18.4

Tabela 14.

Comparações múltiplas da pontuação dos vários grupos de participantes no teste de Trail-Making

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	3.63	.003
	Criminosos não-sexuais	4.42	.000
	Controlos comunitários	4.38	.000
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	-3.63	.003
	Criminosos não-sexuais	-0.21	1.00
	Controlos comunitários	-0.12	1.00
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	-4.42	.000
	Violadores	0.21	1.00
	Controlos comunitários	0.12	1.00
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	-4.38	.000
	Violadores	0.12	1.00
	Criminosos não-sexuais	-0.12	1.00

8. Atualização

Medimos a componente de atualização do funcionamento executivo através de uma tarefa de n-back (ver estatísticas descritivas na Tabela 15). Inicialmente foi feita uma análise de correlações, para perceber que outros fatores influenciariam esta medida, e essa análise indicou como covariável a idade. Após a realização de uma ANCOVA, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente, a pontuação da tarefa de n-back como variável dependente e a idade ($r = -.747$, $p = .008$) como covariável, o efeito desta última perdeu a significância estatística ($p = .615$).

Realizámos então uma ANOVA unifactorial, entrando com o grupo (1, 2, 3 e 4) como variável independente e a pontuação da tarefa de n-back como variável dependente, e verificou-se a existência de diferenças significativas entre os quatro grupos analisados, $F(3,86) = 56.7$, $p < .001$. Comparando os grupos através de uma análise de post-hoc de Bonferroni, verifica-se que os indivíduos do grupo de abusadores sexuais de crianças demonstram maiores défices na capacidade de atualização que os restantes grupos (todos $t > 24.2$, todos $p < .001$); verifica-se que os controlos comunitários demonstram menores défices que os restantes grupos (todos $t > 18.8$, todos $p < .001$).

Não foram encontradas diferenças significativas entre violadores e criminosos não-sexuais (ver Tabela 16).

Tabela 15.

Pontuação dos vários grupos de participantes na tarefa de n-back

	Média	Desvio Padrão
Abusadores sexuais de crianças	50.2	13.6
Violadores	76.5	11.4
Criminosos não-sexuais	74.5	15.1
Controlos comunitários	95.3	6.38

Tabela 16.

Comparações múltiplas da *pontuação dos vários grupos de participantes na tarefa de n-back*

		Valor <i>t</i>	<i>p</i>
Abusadores sexuais de crianças	Violadores	-1.60	.000
	Criminosos não-sexuais	-1.91	.000
	Controlos comunitários	-3.43	.000
Violadores	Abusadores sexuais de Crianças	1.60	.000
	Criminosos não-sexuais	0.13	1.00
	Controlos comunitários	-1.20	.000
Criminosos não-sexuais	Abusadores sexuais de Crianças	1.91	.000
	Violadores	-0.13	1.00
	Controlos comunitários	-1.78	.000
Controlos comunitários	Abusadores sexuais de Crianças	3.43	.000
	Violadores	1.20	.000
	Criminosos não-sexuais	1.78	.000

Discussão

Com este estudo pretendeu-se contribuir para uma maior compreensão dos fatores executivos que poderão influenciar e contribuir para o fenómeno do abuso sexual. Para este fim optou-se por uma abordagem de Miyake e colaboradores (2000), focada em componentes de base relacionados com o funcionamento executivo, pelo seu papel modelador do comportamento e da cognição. O objetivo passou pela procura de um conjunto de défices ou especificidades características das diferentes tipologias de agressor, que permitisse a distinção destas entre si, mas também a sua comparação com outros grupos de agressores, assim como com indivíduos da população geral.

Foi recolhida uma amostra de reclusos, composta por indivíduos com condenações por abuso sexual de crianças, por violação, e por crimes contra pessoas sem componente sexual – agressão, violência doméstica e tráfico de estupefacientes. Estes três grupos de indivíduos foram comparados entre si e com um quarto grupo, composto por indivíduos sem historial de condenação por qualquer tipo de crime. Todos os participantes eram maiores de 18 anos, do sexo masculino, sem diagnóstico de doença mental e com capacidades básicas de leitura e escrita. A todos eles foi passado o mesmo protocolo composto por instrumentos e tarefas destinados a avaliar um conjunto de variáveis – agressividade, psicopatia, psicopatologia, capacidades cognitivas, deseabilidade social, e as três dimensões do funcionamento executivo em análise: inibição, flexibilidade e atualização.

A primeira hipótese deste estudo, de que os violadores de adultos teriam pior desempenho em tarefas de inibição do que os abusadores sexuais de crianças, agressores não-sexuais e controlos comunitários, não foi confirmada pelos resultados obtidos. Apesar de os resultados deste grupo terem sido de facto inferiores aos dos restantes grupos, as diferenças entre eles não são estatisticamente significativas. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos, como o de Munro e colaboradores (2007), que encontraram défices ao nível da inibição em indivíduos com historial de criminalidade violenta, independentemente da tipologia de crime, quando comparados com controlos.

Outra evidência da semelhança entre abusadores sexuais de adultos e agressores não-sexuais no que diz respeito à capacidade de inibição vem dos estudos de Séguin, Nagin, Assaad e Tremblay (2004) e de McCann e Lussier, (2008), que encontraram nestes dois grupos uma maior probabilidade de reincidência, défices na memória de trabalho, e maior impulsividade, que os autores consideraram estar relacionada com mecanismos de inibição deficitários.

A segunda hipótese aqui proposta foi a de que os agressores sexuais de crianças teriam pior desempenho em tarefas de atualização e flexibilidade do que os restantes grupos em análise. Neste caso os resultados parecem ir ao encontro do que se esperava. Tanto na função de atualização como na de flexibilidade os abusadores sexuais de crianças apresentaram resultados inferiores aos dos restantes grupos, com significância estatística em ambos os casos. No que concerne à literatura existente acerca deste tópico, Langevin e Curnoe (2008) encontraram maiores défices de funcionamento executivo em abusadores sexuais de crianças, quando comparados com agressores de adultos. Por sua vez, Schiffer e Vonlaufen (2011) encontraram défices mais marcados em abusadores sexuais de crianças não-pedófilos, quando comparados com pedófilos e com agressores não-sexuais e controlos. Como não fizemos aqui distinção entre abusadores sexuais de crianças pedófilos e não-pedófilos, não nos é possível comentar acerca do efeito desta distinção nos dados recolhidos. Também Gilotty e colaboradores (2002), Green e colaboradores (2005) e Schonfelde e colaboradores (2006) encontraram défices na função de flexibilidade, assim como no raciocínio geral e dedutivo, em abusadores sexuais de crianças.

A terceira hipótese deste estudo, de que todos os indivíduos encarcerados (abusadores sexuais de crianças, violadores de adultos e agressores não-sexuais), teriam pior desempenho nas três tarefas de funcionamento executivo quando comparados com o grupo de controlo, parece ser parcialmente confirmada pelos resultados obtidos. Tanto na função de atualização como de inibição, o grupo de controlo demonstrou resultados significativamente melhores que os restantes grupos, ainda que na função de flexibilidade apenas haja diferenças significativas para o grupo de abusadores sexuais de crianças. Barbosa e Monteiro (2008) encontraram também maiores défices executivos num grupo de agressores em comparação com um grupo de controlo, ainda que seja necessário ressaltar aqui que no estudo em causa o grupo de agressores tinha

apenas condenações por crimes contra a propriedade, enquanto que todos os agressores na amostra utilizada para este estudo tinham condenações por crimes contra as pessoas. Ogilvie e colaboradores (2011), numa meta-análise de 126 estudos acerca da relação entre comportamento antissocial e disfunção executiva, encontraram evidências significativas de uma correlação positiva entre criminalidade e disfunção executiva.

No que respeita às potenciais limitações do presente estudo, terá necessariamente que ser considerado o tamanho da amostra, que engloba apenas 90 participantes. A angariação de sujeitos para os grupos de agressores sexuais foi dificultada por diversos fatores, que ditaram um número de indivíduos inferior ao desejado, particularmente no que concerne aos condenados por violação. Por um lado, o local de recolha de dados limitou a amostra aos indivíduos atualmente em reclusão nesse espaço, e a natureza do estabelecimento não permite acolher os casos com pena prisional mais longa – muitas vezes aplicada a esta tipologia de crime. Por outro, esta população é, em grande parte, envelhecida e com baixos níveis de escolarização e capacidades cognitivas, o que ditou a exclusão de uma porção significativa da potencial amostra por haver dados sugestivos, ou mesmo diagnóstico, de doença mental grave, ou simplesmente por analfabetismo.

A exclusão destes elementos, para além do efeito já referido no número de elementos dos grupos, tem também um impacto importante nos resultados e na sua possibilidade de generalização, visto que ao excluir do estudo todos os sujeitos com doença mental ou analfabetismo, se está necessariamente a enviesar a amostra no sentido da normalização. Os resultados aqui obtidos deverão ser entendidos tendo em consideração este fator, sendo expectável que a inclusão destes indivíduos com maiores défices intensificasse as diferenças encontradas entre os grupos de agressores sexuais e os restantes.

Parece-nos também importante referir o potencial impacto do período de reclusão nas capacidades cognitivas e de funcionamento geral destes indivíduos. A maioria dos participantes deste estudo foram entrevistados após vários anos de reclusão continuada, durante os quais a estimulação cognitiva terá sido significativamente limitada em comparação com as pessoas entrevistadas em meio livre, o que pode ter contribuído para alargar as diferenças encontradas.

Uma outra potencial limitação deste estudo é o facto de não ter sido controlado o consumo de substâncias, tanto atual como passado. A literatura aponta para uma prevalência significativa do consumo de substâncias por agressores sexuais, pontualmente no momento do crime ou de forma mais continuada (Marshall, 2001). Esta prevalência, quando considerada em conjunção com os efeitos do consumo de substâncias nos mecanismos de tomada de decisão, regulação emocional e controlo de impulsividade (Baltieri & Andrade, 2008) sugere que esse consumo poderá ser uma variável a considerar.

Por último, não pode deixar de se considerar o efeito da desejabilidade social nos resultados, visto que os dados apontam para que as respostas dos grupos entrevistados em reclusão possam ter sido influenciadas de forma significativa por este fator. Sendo certo que os instrumentos utilizados para medir as variáveis relativas ao funcionamento executivo não são sensíveis a este aspeto, os restantes poderão ter sido alvo de tentativas de manipulação por parte dos participantes. O facto de o protocolo ter sido aplicado em contexto prisional por alguém que era no momento, ou tinha sido alguns meses antes, estagiário desse estabelecimento, pode ter contribuído para exacerbar uma predisposição para o tipo de resposta que os participantes considerariam mais benéfica para as suas pretensões pessoais, apesar de lhes ter sido transmitido de forma categórica que os resultados do estudo não seriam transmitidos às equipas do estabelecimento, nem seriam utilizados de qualquer forma para influenciar o seu estatuto ou o seu futuro.

Considerando os resultados obtidos, e mesmo tendo em conta as limitações apresentadas, parece importante que mais investigações possam ajudar a clarificar a capacidade de generalização destes resultados para as populações em causa. Sugeria-se, para esse efeito, uma investigação mais aprofundada, com populações de agressores recolhidas em outros estabelecimentos prisionais, amostras maiores, um protocolo experimental que permita a inclusão de sujeitos com níveis de literacia mais baixos e doença mental, devido à prevalência destas duas problemáticas nas populações estudadas. Um protocolo envolvendo técnicas de neurofisiologia e neuroimagem com os agressores sexuais encarcerados em vários estabelecimentos prisionais do país seria certamente esclarecedor acerca das especificidades do funcionamento psicobiológico destes agressores, embora fosse extremamente

dispendioso e demorado. Ainda assim, é sem dúvida essencial a continuação do estudo deste fenómeno que, apesar da sua prevalência e da natureza destrutiva, não é ainda suficientemente compreendido para que seja elaborado um plano de ação para a sua prevenção e para a atuação com ofensores de forma a minimizar a reincidência.

A literatura tem demonstrado que apesar de serem encontrados efeitos positivos da intervenção cognitivo-comportamental para reduzir a reincidência em abusadores sexuais (Hanson et al., 2002), esses efeitos não são consistentes em diferentes contextos (Lösel & Schmucker, 2015). Para além disso, os estudos mais robustos acerca do efeito do tratamento nestas populações não parecem encontrar diferenças significativas entre indivíduos sujeitos a tratamento e grupos de controlo (Marques, Wiederanders, Day, Nelson, & Van Ommeren, 2005). Esta disparidade nos resultados não pode ser completamente dissociada das dificuldades inerentes à utilização da reincidência como forma de avaliação do sucesso terapêutico, nomeadamente a incapacidade de controlá-la adequadamente, mas ainda assim parece suficiente para considerarmos fundamental a formulação de um plano compreensivo e diferenciado de intervenção com as distintas categorias de abusadores sexuais. Para tal, e tendo em conta tudo o que foi já referido nestas páginas, uma maior compreensão dos padrões característicos de disfunção executiva das populações em causa parece-nos essencial como um primeiro passo para entender e intervir no fenómeno da agressão sexual.

Bibliografia

- Abbey, A., Parkhill, M., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., & Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Caucasian men. *Aggressive Behavior*, 32, 54-67
- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 89–103.
- Baltieri, D. A., & Andrade, A. G. (2008). Comparing serial and nonserial sexual offenders: alcohol and street drug consumption, impulsiveness and history of sexual abuse. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(1), 25-31.
- Barbosa M. F., Monteiro L. M. (2008). Recurrent criminal behavior and executive dysfunction. *Span. J. Psychol.* 11, 259–265. 10.1017/S1138741600004297.
- Buss, A. H., & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(3), 452–9. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1403624>.
- Cantor, J. M., Blanchard, R., Robichaud, L. K., & Christensen, B. K. (2005). Quantitative reanalysis of aggregate data on IQ in sexual offenders. *Psychological Bulletin*, 131(4), 555–568. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.4.555>.
- Chatham, C. H., Herd, S. A., Brant, A. M., Hazy, T. E., Miyake, A., O'Reilly, R., & Friedman, N. P. (2011). From an Executive Network to Executive Control: A Computational Model of the n-back Task. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 23(11), 3598–3619. https://doi.org/10.1162/jocn_a_00047.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349–354. <https://doi.org/10.1037/h0047358>.
- Davis, G., & Leitenberg, H. (1987). Adolescent Sex Offenders. *Psychological Bulletin*, 101, 417–427.
- Derogatis, L. R., & Melisaratos, N. (1983). The Brief Symptom Inventory: an introductory report. *Psychological Medicine*, 13(3), 595–605. <https://doi.org/6622612>.

- DeSouza, E., & Ribeiro, J. (2005). Bullying and sexual harassment among Brazilian high school students. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1018-1038
- Dreznick, M. T. (2003). Heterosocial competence of rapists and child molesters: A meta-analysis. *Journal of Sex Research*, 40(2), 170–178. <https://doi.org/10.1080/00224490309552178>.
- Francia, C. A., Coolidge, F. L., White, L. A., Segal, D. L., Cahill, B. S., & Estey, A. (2010). Personality disorder profiles in incarcerated male rapists and child molesters. *American Journal of Forensic Psychology*, 28(3), 1-14.
- Gidycz, C., Warkentin, J., & Orchowski, L. M. (2007). Predictors of perpetration of verbal, physical, and sexual violence: A prospective analysis of college men. *Psychology of Men & Masculinity*, 8, 79-94.
- Gilotty, L., Kenworthy, L., Wagner, A. E., Sirian, L., & Black, D. O. (2002). Adaptive Skills and Executive Function in Autism Spectrum Disorders. *Child Neuropsychology (Neuropsychology, Development and Cognition: Section C)*, 8(4), 241–248. <https://doi.org/10.1076/chin.8.4.241.13504>.
- Gonçalves, R. (2004). Agressores sexuais em meio prisional: investigação, avaliação e intervenção. *Direito E Justiça, Nº Especial*, 127–140.
- Green, M. F., Olivier, B., Crawley, J. B., Penn, D. L., & Silverstein, S. (2005). Social Cognition in Schizophrenia: Recommendations from the Measurement and Treatment Research to Improve Cognition in Schizophrenia New Approaches Conference. *Schizophrenia Bulletin*, 31(4), 882–887. <https://doi.org/10.1093/schbul/sbi049>.
- Hall, G. C., & Hirschman, R. (1991). Toward a theory of sexual aggression: a quadripartite model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(5), 662–9. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1955601>.
- Hanson, R. K., Gordon, A., Harris, A. J. R., Marques, J. K., Murphy, W., Quinsey, V. L., & Seto, M. C. (2002). First report of the Collaborative Outcome Data Project on the effectiveness of psychological treatment for sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14, 169 –194.
- Hosser, D., & Bosold, C. (2006). A comparison of sexual and violent offenders in a

- German youth prison. *Howard Journal of Criminal Justice*, 45, 159-170.
- Jewkes, R., Sen, P., & Garcia-Moreno, C. (2002). Sexual violence. In E. Krug, et al. (Eds.) *World Report on Violence and Health* (pp. 147-181). Geneva, Switzerland: World Health Organization.
- Joyal, C. C., Hallé, P., Lapierre, D., & Hodgins, S. (2003). Drug abuse and/or dependence and better neuropsychological performance in patients with schizophrenia. *Schizophrenia Research*, 63(3), 297–9. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12957709>.
- Joyal, C., Dubreucq, J.-L., Gendron, C., & Millaud, F. (2007). Major mental disorders and violence: A critical update. *Current Psychiatry Reviews*, 3(1), 33–50. <https://doi.org/10.2174/157340007779815628>.
- Kirchner, W. K. (1958). Age differences in short-term retention of rapidly changing information. *Journal of Experimental Psychology*, 55(4), 352–8. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/13539317>.
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender*, (August), 23–52. Retrieved from <http://search.proquest.com.ezproxy.ub.gu.se/docview/617865968?accountid=11162>.
- Koenig, M., Stephenson, R., Ahmed, S., Jejeebhoy, S., & Campbell, J. (2006). Individual and contextual determinants of domestic violence in North India. *American Journal of Public Health*, 96, 132-138.
- Krahé, B. (1998). Sexual aggression among adolescents: Prevalence and predictors in a German sample. *Psychology of Women Quarterly*, 22, 537-554.
- Langevin, R., & Curnoe, S. (2008). Assessing neuropsychological impairment among sex offenders and paraphilics. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 8(2), 150–173. <https://doi.org/10.1080/15228930801963960>.
- Lezak, M. D. (1995). *Neuropsychological Assessment*.
- Losel, F., & Schmucker, M. (2005). The effectiveness of treatment for sexual offenders: A comprehensive meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*, 1(1), 117-146. doi:10.1007/s11292-004-6466-7.

- Malamuth, N. M., Linz, D., Heavey, C. L., Barnes, G., & Acker, M. (1995). Using the confluence model of sexual aggression to predict men's conflict with women: a tenyear follow-up study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 353–369.
- Marques, J. K., Wiederanders, M., Day, D. M., Nelson, C., & Ommeren, A. (2005). Effects of a Relapse Prevention Program on Sexual Recidivism: Final Results From California's Sex Offender Treatment and Evaluation Project (SOTEP). *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(1), 79–107. doi:10.1007/s11194-005-1212.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender*, 257–271. New York: Plenum.
- Marshall, W. L. (2001). Adult sexual offenders against women. In C. R. Hollin (Eds.), *Handbook of offender assessment and treatment*, 22, 333-343. New York: John Wiley & Sons.
- McCann, K., & Lussier, P. (2008). Antisociality, Sexual Deviance, and Sexual Reoffending in Juvenile Sex Offenders. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 6(4), 363–385. <https://doi.org/10.1177/1541204008320260>.
- Miller, E. K., & Cohen, J. D. (2001). An Integrative Theory of Prefrontal Cortex Function. *Annual Review of Neuroscience*, 24(1), 167–202. <https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.24.1.167>.
- Miyake, A., & Friedman, N. P. (2012). The Nature and Organization of Individual Differences in Executive Functions. *Current Directions in Psychological Science*, 21(1), 8–14. <https://doi.org/10.1177/0963721411429458>.
- Miyake, A., Friedman, N. P., Emerson, M. J., Witzki, A. H., Howerter, A., & Wager, T. D. (2000). The Unity and Diversity of Executive Functions and Their Contributions to Complex “Frontal Lobe” Tasks: A Latent Variable Analysis. *Cognitive Psychology*, 41(1), 49–100. <https://doi.org/10.1006/cogp.1999.0734>.
- Munro G. E., Dywan J., Harris G. T., McKee S., Unsal A., Segalowitz S. J. (2007). Response inhibition in psychopathy: the frontal N2 and P3. *Neurosci. Lett.* 418, 149–153. [10.1016/j.neulet.2007.03.017](https://doi.org/10.1016/j.neulet.2007.03.017).

- Ogilvie J. M., Stewart A. L., Chan R. C. K., Shum D. H. K. (2011). Neuropsychological measures of executive function and antisocial behavior: a meta-analysis*. *Criminology* 49, 1063–1107 10.1111/j.1745-9125.2011.00252.
- P. (2018, March 29). Relatório Anual de Segurança Interna 2017. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2017>.
- Posner, M. I., & Snyder, C. R. R. (1975). Attention and cognitive control. In R. I. Solso (Ed.), *Information Processing and Cognition: The Loyola Symposium* (pp. 55–85). Hillsdale: NJ:Erlbaum.
- Rebocho, M. F. (2007). Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório. Coimbra: Almedina.
- Reitan, R., & Wolfson, D. (1985). *Neuropsychological Test Battery: Theory and Clinical Interpretation*. Tucson: Neuropsychology Press.
- Schiffer, B., & Vonlaufen, C. (2011). Executive Dysfunctions in Pedophilic and Nonpedophilic Child Molesters. *The Journal of Sexual Medicine*, 8(7), 1975-1984. doi:10.1111/j.1743-6109.2010.02140.
- Schneider, W., & Shiffrin, R. M. (1997). Controlled and automatic human information processing: I. Detection, search, and attention. *Psychological Review*, 84, 1–66.
- Schonfeld, A. M., Paley, B., Frankel, F., & O'Connor, M. J. (2006). Executive Functioning Predicts Social Skills Following Prenatal Alcohol Exposure. *Child Neuropsychology*, 12(6), 439–452. <https://doi.org/10.1080/09297040600611338>.
- Séguin, J. R., Nagin, D., Assaad, J.-M., & Tremblay, R. E. (2004). Cognitive-Neuropsychological Function in Chronic Physical Aggression and Hyperactivity. *Journal of Abnormal Psychology*, 113(4), 603–613. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.113.4.603>.
- Seto, M. C. (2008). *Pedophilia and sexual offending against children. Annual review of sex research* (Vol. 15). <https://doi.org/10.1037/11639-000>.
- Stroop, J. R. (1935). Studies of interference in serial verbal reactions. *Journal of Experimental Psychology*, 18(6), 643–662. <https://doi.org/10.1037/h0054651>.

- Tharp, A. T., Degue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2012). A Systematic Qualitative Review of Risk and Protective Factors for Sexual Violence Perpetration. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(2), 133-167. doi:10.1177/1524838012470031.
- van Wijk, A., Vreugdenhil, C., van Horn, J., Vermeiren, R., & Doreleijers, T. (2007). Incarcerated dutch juvenile sex offenders compared with non-sex offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 16, 1-21.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Journal of Agression and Violent Behavior*, 5, 491–507.
- Ward, T. (2001). A critique of Hall and Hirschman's quadripartite model of child sexual abuse. *Psychology, Crime & Law*, (7), 333–350.
- Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1996). Attachment style in sex offenders: a preliminary study. *Journal of Sex Research*, 33, 17–26.
- Ward, T., McCormack, J., Hudson, S. ., & Polaschek, D. (1997). Rape: assessment and treatment. In D. Laws & W. O'Donohue (Eds.), *Sexual Deviance: theory, assessment and treatment* (pp. 356–385). New York: The Guildford Press.
- Ward, T., Gannon, T. A., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 11(4).
- Ward, T., Keown, K., & Gannon, T. A. (2007). Cognitive distortions as belief, value and action judgements. In T. A. Gannon, T. Ward, A. Beech & D. Fisher (Eds.), *Aggressive Offenders' Cognition: Theory, Research and Practice*. Sussex, UK:Wiley.
- Wheeler, J., George, W., & Dahl, B. (2002). Sexually aggressive college males: Empathy as a moderator in the "Confluence Model" of sexual aggression. *Personality and Individual Differences*, 33, 759-776.
- Widom, C. S. (2001, February). An update on the "cycle of violence" (NCJ Publication No. 136607). Washington, DC: US Department of Justice, National Institute of Justice.
- Zakzanis, K. K., Mraz, R., & Graham, S. J. (2005). An fMRI study of the Trail Making Test. *Neuropsychologia*, 43(13), 1878–1886. <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2005.03.013>.

Zelazo, P. D., Carter, A., Reznick, J. S., & Frye, D. (1997). Early development of executive function: A problem-solving framework. *Review of General Psychology, 1*(2), 198–226.